

# RESTAURAÇÃO DA “CASA DA CANDINHA”, GUARULHOS-SP: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**DANIEL CARLOS CAMPOS** PREFEITURA DE GUARULHOS, GUARULHOS, SÃO PAULO, BRASIL

Prof. Me. Daniel Carlos de Campos, Arquiteto e Urbanista da Prefeitura de Guarulhos. Vice-presidente do Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Guarulhos.

E-mail: [acdccampos@hotmail.com](mailto:acdccampos@hotmail.com)

**TÂNIA CRISTINA BORDON MIOTO SILVA** UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, abrangendo Projetos de Reconstrução e Restauo a partir da Memória Coletiva, tendo como objeto de estudo a cidade de São Luiz do Paraitinga. Mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, a respeito do Projeto de Restauo da Capela de São Miguel Arcanjo, São Miguel Paulista, São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Anhembi Morumbi.

E-mail: [tmiotto@uol.com.br](mailto:tmiotto@uol.com.br)

**NÍVEA DA COSTA SALES** UNIVERSIDADE GUARULHOS, GUARULHOS, SÃO PAULO, BRASIL

Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Guarulhos.

E-mail: [nivea\\_cst@yahoo.com.br](mailto:nivea_cst@yahoo.com.br)

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p112-139>

**RECEBIDO**

28/11/2017

**APROVADO**

24/07/2018

## **RESTAURAÇÃO DA “CASA DA CANDINHA”, GUARULHOS-SP: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

### **RESUMO**

A Casa da Candinha, edificação em taipa de pilão, principal residência da Fazenda Bananal, em Guarulhos-SP, foi objeto de projeto de restauro empreendido pelo corpo docente e discente da Universidade Guarulhos e técnicos da Prefeitura de Guarulhos. Exemplar da arquitetura colonial na Região Metropolitana de São Paulo, está localizada cerca de 4 km ao norte do Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos, e a menos de 1 km das obras do trecho norte do Rodoanel, resistindo ao avanço da ocupação urbana e ao ritmo letárgico das ações do poder público. Nesse contexto, o presente trabalho busca evidenciar o processo de desenvolvimento do projeto de restauro, as particularidades da edificação e os desafios enfrentados para a viabilização de sua restauração.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Restauração. Arquitetura colonial – Brasil. Patrimônio edificado. Taipa de pilão.

## **RESTORATION OF “CASA DA CANDINHA”, GUARULHOS-SP: CHALLENGES AND PERSPECTIVES**

### **ABSTRACT**

Casa da Candinha, edification made in rammed earth technique, headquarters of Fazenda Bananal, in Guarulhos, was the object of a restoration project undertaken in a collaborative way between the teaching staff and students of Universidade Guarulhos and technicians of Guarulhos City Hall. Exemplary of the colonial architecture in São Paulo Metropolitan Region, it is located about 4 kilometers north of São Paulo-Guarulhos International Airport, state of São Paulo, and less than less than 1 kilometer far from work for improvement in the north region of Rodoanel, it resists facing the advancement of urban sprawl and the sluggish pace of the public authorities actions. In this context, the present work seeks to highlight the development process of the restoration project, the edification particularities and the greatest challenges for the accurate restoration.

### **KEYWORDS**

Restoration. Colonial architecture – Brazil. Architectural heritage. Rammed earth technique.

## 1 INTRODUÇÃO

O casarão conhecido como Casa da Candinha possui 195 m<sup>2</sup> de área original em taipa, construída no período colonial, e uma área de 67 m<sup>2</sup> em tijolo maciço, construída no início do século XX. Trata-se da casa-sede da Fazenda Bananal, propriedade adquirida por Amador Bueno da Veiga em 1717, por meio de carta de sesmaria concedida por D. Pedro de Almeida:

Amador Bueno da Veiga, morador na cidade de São Paulo [...] na paragem chamada Nossa Senhora da Conceição, está uma sorte de terras devolutas e alagadiças que vêm do rio chamado Anhemby [Tietê] até chegar aos valos do terreiro da sua casa e fazenda que naquela mesma paragem êle tem com criações de gado vacum e cavalgaduras, as quais terão de comprimento mil braças pouco mais ou menos, começando da barra do Ribeirão Maquiroby [Rio Baquirivu Guaçu] correndo pelo dito Rio Anhemby abaixo até na barra do ribeirão chamado Canhancoya [Cocaia], e de largo cento e cinquenta braças pouco mais ou pouco menos, começando o rumo do dito Rio Anhemby até entestar nos valos e terreiros das casas e fazendas do dito Amador Bueno (NORONHA, 1960, p. 72-73).

Segundo Campos, Oliveira e Ferreira (2011), a descrição remete à porção do território guarulhense em uma faixa norte-sul, nos limites entre as cidades de São Paulo (Zona Leste) e Mairiporã, correspondendo aos bairros de Tanque Grande, Bananal, Invernada, Taboão, Vila Barros, Cecap e Várzea do Palácio, em Guarulhos.

Pinho (2010) atribui a construção da casa ao descendente de Amador Bueno da Veiga, Antônio Bueno da Silveira, pai de Bonifácio de Siqueira Bueno (1806-1880). Este, por sua vez, foi pai de Brígida Maria Bueno de Crasto, casada com José de Almeida Barbosa. Seu filho, Olegário de Almeida Barbosa (1878-1932), ficou viúvo aos 40 anos de idade, no ano de 1918, casando-se no mesmo ano com Cândida Maria Rodrigues, a Candinha, então com 16 anos. Dessa união nasceram oito filhos, o que exigiu a adaptação da casa colonial à realidade do século XX. Ao se tornar viúva, em 1932, Candinha herdou o remanescente da Fazenda Bananal, dando continuidade às atividades agrícolas e de criação de animais. É nesse período que o nome Sítio da Candinha, ou Casa da Candinha é difundido.

A partir da década de 1950, Candinha iniciou um processo de divisão da Fazenda Bananal em glebas, cujos registros foram identificados por Campos, Oliveira e Ferreira (2011) no 12º Cartório da Penha, em São Paulo. Candinha faleceu em 1970, com 68 anos de idade. A casa da Candinha foi objeto de tombamento, por meio do Decreto municipal nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000. Em 2004, foi declarada área de utilidade pública pelo município de Guarulhos. Em 2008, uma área superior a 100 ha foi desapropriada. Em 2010, foi implantada uma cobertura metálica sobre a casa para evitar intempéries do tempo, além de um reforço estrutural provisório (Figura 1), tendo em vista o grau acelerado de degradação. A área desapropriada foi transformada em unidade de conservação ambiental pela Lei municipal nº 6.475, de 22 de dezembro de 2008, que criou o Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha.

Em 1º de dezembro de 2015, a Prefeitura de Guarulhos firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Escritório-modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Guarulhos, que envolveu dois docentes e 59 discentes dessa instituição na elaboração do projeto de restauro. Parte significativa deste artigo é resultado desse esforço. O presente trabalho busca analisar as particularidades da casa e evidenciar o processo de

FIGURA 1

Casa com o reforço estrutural de madeira e a cobertura metálica. Fonte: acervo do autor, 2015.



desenvolvimento do projeto de restauro diante de diversos desafios, tanto no ambiente acadêmico como na relação com o poder público municipal, detentor da propriedade do bem tombado.

A Casa da Candinha localiza-se no bairro do Bananal, cerca de 4 km ao norte do Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos. Trata-se de um exemplar da arquitetura colonial, pouco conhecido, na Região Metropolitana de São Paulo (Figura 2).

No *Parecer sobre a Casa Sede do Sítio da Candinha*, Campos (2008), assim relata:

O velho exemplar de arquitetura nos entusiasmou. Trata-se, sem dúvida, de um documento da maior importância, quer por sua tipologia arquitetônica, quer pelo alto grau de integridade em que se encontra o corpo principal da edificação, quer por sua localização improvável, numa área de elevada importância ambiental, nas proximidades do movimentadíssimo Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos [...]. Encravada em plena região metropolitana de São Paulo, deparamo-nos portanto [*sic*] com uma casa rural oitocentista, bastante íntegra, inserida numa remota paisagem campestre que decerto pouco mudou desde o tempo de sua construção (CAMPOS, 2008).

FIGURA 2

Fachada norte e oeste (direita).  
Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos década de 1990.



Do ponto de vista da análise da configuração da casa, foram considerados os exaustivos estudos realizados ao longo do século XX por importantes especialistas em arquitetura colonial, como Luís Saia, Lúcio Costa, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Robert Chester Smith, José Wash Rodrigues, que analisaram e identificaram padrões de tipologia das moradas coloniais em São Paulo.

## 2 CONJUNTO REMANESCENTE DA FAZENDA BANANAL E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CASA

A edificação que é objeto do presente trabalho está implantada em uma colina, terreno de transição entre as porções mais planas e baixas do relevo e os contrafortes da Serra da Cantareira. A sede da fazenda, edificação mais sólida e perene que as demais estruturas que serviam de suporte à vida no campo, funcionou como moradia até os primeiros anos da década de 2000. Além da casa, pouco se preservou das demais edificações originais. Há, entretanto, um remanescente de parede de taipa de pilão com cerca de 12 m de comprimento e 4 m de altura, distante 30 m ao norte da sede da

fazenda (Figura 3), indicativo de uma edificação que poderia ter servido de estribaria ou senzala. Fato é que os exemplares da arquitetura colonial rural, de modo geral, restam sem terem preservados seus equipamentos de apoio (senzalas, corpo de serviços, estribarias, oficinas) – ou por terem sido edificadas com materiais mais ordinários, ou por não despertarem interesse para sua conservação, tendo em vista as mudanças econômicas, sociais e culturais do país.

Amplamente registrado na historiografia, o desenvolvimento urbano no Brasil colonial representou um processo lento em relação às demais colônias, situação que só começou a mudar, de fato, com a vinda da família real portuguesa. Por conseguinte, a vida no campo era muitas vezes mais bem estruturada em relação à urbana, pois,

No Brasil colonial, [...] as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos homens mais influentes. Só se dirigiam aos centros urbanos para assistirem aos festejos e solenidades (HOLANDA, 1936).

Nesse sentido, a oferta de água, em quantidade e qualidade, era um diferencial na vida no campo pois a “ [...] presença de cursos d’água [eram] substitutos eficientes para os equipamentos hidráulicos inexistentes nas

FIGURA 3

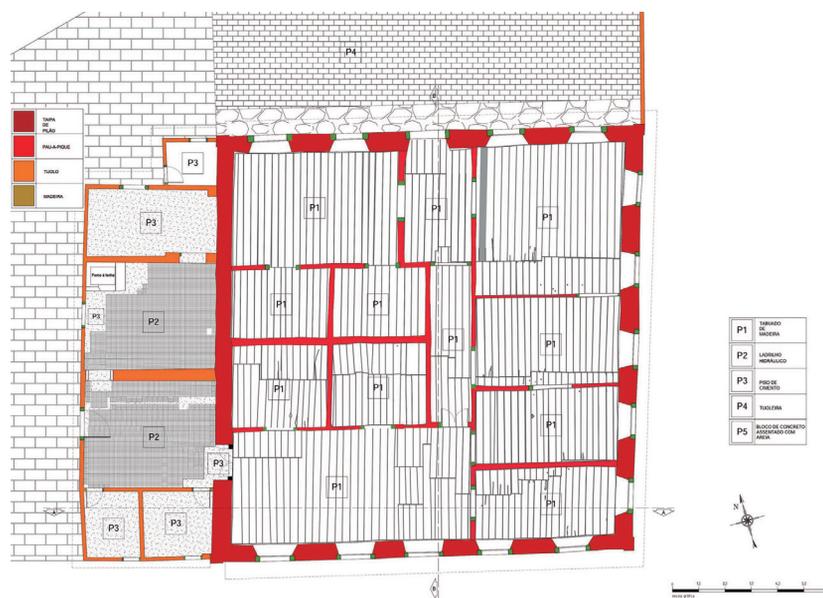
Parede de taipa de pilão próxima à casa.  
Fonte: acervo do autor, 2016.



moradas urbanas” (REIS FILHO, 1973, p. 30). A existência de uma canaleta d’água, feita de pedra, desviando parte do volume do Ribeirão Tanque Grande para o uso da Casa da Candinha, junto ao corpo de serviços, evidencia a adaptação dos recursos hídricos à vida rural. Infelizmente ocupações clandestinas na bacia hidrográfica, ocorridas há cerca de três anos e consolidadas, fizeram secar esse canal d’água artificial, importante referencial histórico da Fazenda Bananal. O que resta do complexo da Fazenda Bananal, à primeira vista, é a parede de taipa de pilão isolada, a canaleta de pedra e o interessante exemplar da casa colonial.

Uma excursão de técnicos da prefeitura, realizada em 1941, assim a descreve: “Ao prédio antecede um pátio. Diante do pátio o cercado e o curral. Tudo é de taipa e recorda o braço escravo [...]. As salas são enormes e sombrias. Naquele tempo não se economizava espaço” (GUARULHOS, 1941). Trata-se de uma casa colonial, edificada em taipa de pilão (paredes periféricas) e taipa de mão (internas), com 195 m<sup>2</sup>, composta de 12 ambientes originais, e um corpo de serviços de tijolos de barro construído no início do século XX, com 67 m<sup>2</sup>, composto de seis ambientes (Figura 4). Embora Pinho (2010) especule que a casa fora construída no início do século XIX, não há comprovação documental que o confirme.

FIGURA 4  
Planta da casa evidenciando os materiais e métodos construtivos implantados ao longo do tempo. Fonte: acervo do autor, 2017.



A parte original de taipa da Casa da Candinha possui 12 ambientes, com 14 janelas e 12 portas de madeira tipo macho e fêmea com camisa e ferragens. As envasaduras estabelecem um ritmo proporcional e constante, resultado de um processo evolutivo da arquitetura colonial, conforme observou Costa:

Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo século XVII, os cheios teriam predominado [...] e logo se compreende por quê; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e mais policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII, cheios e vazios se equilibram [...] e no comêço do século XIX, predominam francamente os vãos (COSTA, 1937. In: LUCIO..., 1962, p. 92).

Destaca-se a porta-janela, no centro da fachada sul, com guarda-corpo de 1 m de altura (Figura 5), possibilitando a visão na sala da família das partes mais baixas do terreno, certamente para o controle do processo produtivo da fazenda, como era comum no período colonial: “No engenho d’água o trabalho era fiscalizado da sala principal da residência, através de uma pequena janela interna estrategicamente disposta” (SAIA, 1955, p. 487).

FIGURA 5

Foto da década de 1940 evidenciando o balcão ou porta-janela na fachada sul, lado esquerdo da foto. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.



FIGURA 6

Vista, do porão, dos barrotes e assoalho. Fonte: acervo do autor, 2015.



Possui cunhais nas intersecções de todas as fachadas, constituídos de tijolos maciços sobre a taipa, implantados no início do século XX. O pátio, na fachada principal, é murado, com calçamento de pedras no alinhamento da fachada (faixa média de 1 m) e tijoleira no restante. O muro é interrompido no centro por um portal coberto de duas águas de telhas-francesas e um portão metálico, cujas conexões foram realizadas por meio de rebites, composto de volutas presas com braçadeiras. A cobertura da casa, com três águas, é composta de madeira lavrada em sua estrutura principal, possivelmente original, e sua trama de apoio direto às telhas é composta de madeira roliça, elemento do telhado que sofreu constantes substituições. As telhas são capa-calha, tendo sido removidas e dispostas junto à fachada oeste. Possui barrotes de madeira lavrada, assoalho de madeira e alguns aparelhados (Figura 6). Os ambientes possuem pé-direito de 4 m em média, e resquícios de forro de régua de madeira, tipo paulistinha.

A intersecção das águas do telhado, cumeeiras e espigão descarrega seus esforços verticalmente no banzo inferior, que, por sua vez, está apoiado nas paredes de taipa de pilão periféricas (norte e sul) e em três esteios, dispostos um no centro do corredor e os demais nas extremidades

desse ambiente, evidenciado no corte B-B (Figura 7). Esse conjunto de cargas é descarregado, por sua vez, na parede de taipa de pilão no porão, disposta no alinhamento do banzo inferior, dividindo esse ambiente em dois compartimentos. Essa parede do porão é fundamental como elemento estrutural, constituída originalmente em conjunto com a escavação do porão e a construção da casa, diferentemente, ao que nos parece, do que afirmou Campos:

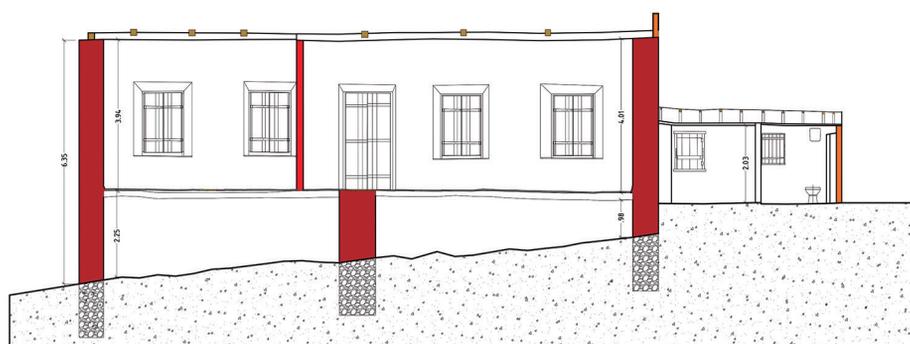
O piso de terra bruta que se vê no porão é extremamente montuoso e desigual; parece ter sido nivelado às pressas apenas nas partes mais centrais para ser utilizado, tardiamente a nosso ver, como depósito e estrebaria (CAMPOS, 2008, p. 3).

Isso porque a parede inferior só poderia ser concebida após a escavação do porão e durante a construção da casa no período colonial.

É, sobretudo, a relação solidária das paredes de taipa e dos esteios com a trama do telhado (tesouras, empenas, terças, banzo, frechal) que garante a estabilidade e a robustez da edificação. O porão possui pé-direito máximo de 2,5 m, estabelecido pela combinação do declive natural do terreno e da escavação realizada durante a obra da edificação, conforme pode ser observado nos cortes A-A e B-B, nas Figuras 7 e 8.

O corpo de serviços, de tijolo de barro, foi construído no início do século XX, em função da nova realidade da família. É composto por 6 ambientes, com um total de 5 janelas, 4 portas internas e 2 externas, todas

FIGURA 7  
Corte A-A.  
Fonte: acervo  
do autor, 2016.

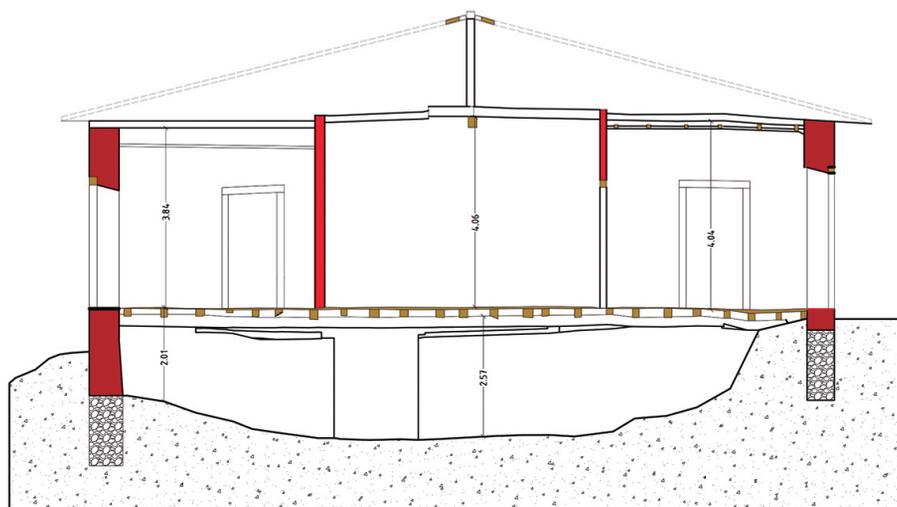


CORTE A-A

FIGURA 8

Corte B-B.

Fonte: acervo do autor, 2016.



CORTE B-B

de madeira, com dobradiças, fechaduras e trincos de metal. Possui telhado de três águas de madeira em caibro e roliço, coberto por telhas-francesas (Figura 9). Esse corpo não possui porão. Seu piso é em parte ladrilho hidráulico e cimento queimado, com pé-direito de, em média, 2,4 m, tendo um fogão a lenha em seu interior.

FIGURA 9

Vista parcial da fachada oeste, evidenciando o corpo da edificação de tijolo de barro e telhado de três águas, construído no início do século XX. Fonte: acervo do autor, 2016.



A planta da casa é articulada, a partir da entrada principal (vestíbulo ou alpendre goiano por um corredor central (Figura 4), destinado ao acesso e separação entre a porção social e a íntima:

[Na casa urbana a] circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores (REIS FILHO, 1973, p. 24).

A partir do vestíbulo, temos um ambiente à direita, a ermida, onde se encontra um excepcional oratório (descrito adiante), e através do qual é possível acessar duas alcovas, configuração típica das edificações rurais:

Tanto nas fazendas que possuem vestíbulo e sala nobre, quanto nas que dispõem apenas da sala nobre, encontra-se, de um lado, a capela ou ermida e, do outro, um quarto de hóspedes – exatamente como na antiga varanda (CRUZ, 2010, p. 99).

À esquerda do vestíbulo, temos um ambiente destinado à recepção social, por onde é possível acessar dois dormitórios intercomunicantes e sucessivos. O primeiro deles apresenta passagem para o corredor, estabelecendo os limites da área social. Esse dormitório, na realidade, é a transição entre as áreas íntima e social, pertencendo, no entanto, à segunda. Possui três portas, pois eram comuns os “quartos que possuem mais de uma porta, podendo estar ligados ora ao setor íntimo, ora ao setor social”, segundo Cruz (2010). A disposição das portas nesse ambiente evidencia a necessidade do anfitrião de controlar os estranhos. Essa hierarquização da planta da casa colonial é decorrente do lento desenvolvimento das cidades da época:

As longas distâncias, entre propriedades e núcleos urbanos aliadas à vagarenta locomoção a pé ou a cavalo, tornavam necessários os pernoites em meio do caminho. A hospitalidade, longe de ser uma virtude, era uma obrigação social, [...] Essa hospitalidade brasileira, outrossim, não se limitava só às casas rurais, mas também, às moradas urbanas (LEMOS, 1993, p. 99).

A partir do segundo dormitório subsequente, é possível acessar o principal e maior ambiente da edificação, a sala da família. Esse cômodo é “a vida da casa, por ela tudo passa e é dela que a matriarca pode controlar o movimento da família, agregados e empregados”, de acordo com Cruz (2010). Encontramos nesse ambiente um alçapão de acesso ao porão. Era comum a sala da família servir como ambiente de trabalho, e o alçapão facilitaria a passagem de materiais. Nesse ambiente, ainda, é possível acessar um terceiro dormitório, disposto na intercessão das fachadas leste e sul, duas alcovas e o corpo de serviços. Estes últimos cinco cômodos (de taipa) faziam parte da área íntima da edificação.

Em relação às alcovas, duas são destinadas à área íntima e duas à social, pois, “na roça, [havia] quartos de hóspedes na faixa de recepção, quase sempre alpendrada; na cidade, *alcovas para os de fora, dando portas para a sala da frente*”, de acordo com Lemos (1993, grifo nosso). As alcovas eram cômodos resultantes da configuração da planta de moradas rurais, que, normalmente, não possuíam corredores. Dessa forma, restavam-lhes cômodos sem janelas. Na Casa da Candinha, no entanto, além do corredor, as alcovas estão dispostas na parede periférica original, na fachada oeste. “Isso mostra que a alcova não é apenas a resultante da impossibilidade técnica de dotar de iluminação os cômodos centrais, mas sim, uma tradição milenar” (CRUZ, 2010, p. 101).

Na casa da Candinha, o corpo de serviços, construído posteriormente em tijolo, é conectado na parte original de taipa, na fachada oeste. A parede que divide as duas partes é de taipa de pilão, com média de 0,70 m de largura, e sobre essa parede há um oitão de tijolo de barro, inserido na ocasião da construção da parte da edificação mais recente. De acordo com a Prefeitura Municipal de Guarulhos,

A impressão que se tem, baseada especialmente na compartimentação tradicional desta tipologia, é que *o prédio original era maior*, continuava na direção do atual corpo de serviços (GUARULHOS, 2008, p. 111, grifo nosso).

O prédio original não era necessariamente maior, mas a configuração da casa sugere que na área de tijolos havia um alpendre, típico das moradas rurais e urbanas, pois se trata-se de “cobertura situada fora do perímetro

das paredes mestras de uma construção [...] pode ser um mero prolongamento do telhado principal”, segundo Lemos (1993), complementando o telhado com sua quarta água. Afinal, “todas as casas rurais antigas de São Paulo tinham quatro [ou duas] águas” (LEMOS, 1957). Esses alpendres eram destinados à preparação de alimentos: “Nas casas sem puxado as atividades culinárias eram exercidas nos alpendres dos fundos ou em construções especialmente feitas para isso, nas proximidades da casa principal” (LEMOS, 1957, p. 442). Observa, ainda, Smith:

Quanto às cozinhas, parece não se incluir neste rol [ambientes internos à casa] e há razões para crêr que para tanto se usassem o quintal da casa, embora algumas das varandas trazeiras mostrem sinais de ter servido de cozinha (Smith, 1969, p. 66).

É possível, ainda, que o alpendre servisse de conexão para uma construção à parte, conectada pelo prolongamento do telhado, a tacaniça, como na sede da Fazenda do Governo (Figura 10).

O corpo de serviços original, demolido e substituído pelo de tijolos, possivelmente era composto por uma frágil estrutura, pois, segundo Lemos (1957): “Acreditamos que estas construções tivessem feitura mais ordinária,

FIGURA 10

Fazenda do Governo – Parayba do Sul, litografia de Victor Frond, 1858. Notam-se o alpendre e a tacaniça. Fonte: acervo do Instituto Moreira Salles.



ou menos caprichada [do] que as [das] casas-grandes.” Afinal, “a cozinha apartada, mesmo separada totalmente da casa, foi uma das primeiras características da casa brasileira” – Lemos (1993), constatado por Rodrigues (1943): “A cozinha e suas dependências estão geralmente reunidas em um corpo agregado aos fundos. Uma varanda ou terraço coberto [...] liga geralmente a sala de jantar à cozinha”.

O telhado de três águas, o oitão de tijolos maciços e a ausência de um corpo de serviços original são situações encontradas, também, na Casa do Caxingui, e a hipótese de a quarta água ter sido uma tacaniça foi sugerida por Luís Saia, segundo Mayumi (2005, p. 124). Diferentemente do que afirma Mayumi, “no lugar do oitão o arquiteto propôs uma tacaniça, o que resultou em um telhado de quatro águas”. A sugestão de Saia não foi contemplada, pois, em vez da ampliação, com a constituição da quarta água, foi feito o telhado no perímetro da casa como se encontrava (Figura 11).

O telhado da Casa do Caxingui ficou com a forma piramidal, semelhante à Casa do Butantã. Essa solução não nos pareceu adequada. As figuras 12, 13 e 14 evidenciam a hipótese de tacaniça na Casa da Candinha, com as quatro águas, o que nos parece a situação original mais coerente.

FIGURA 11  
Casa do Caxingui.  
Configuração  
antes da restauração  
(acima) e depois  
(abaixo). Fonte:  
Mayumi, 2005,  
p. 109.

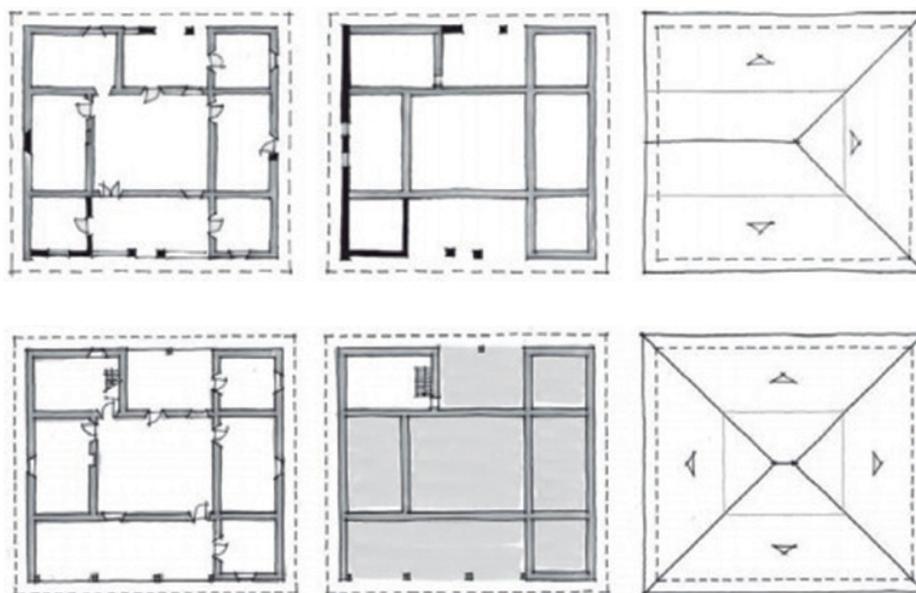


FIGURA 12

Casa da Candinha. Fachada norte existente (esquerda) e a possível configuração original (direita). Fonte: acervo do autor, 2017.

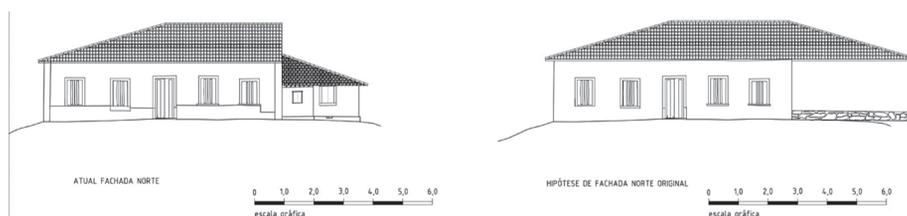


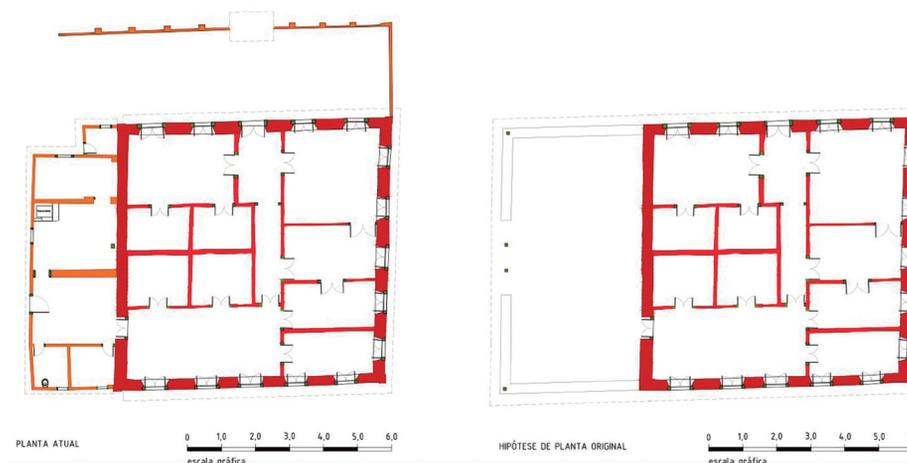
FIGURA 13

Casa da Candinha. Fachada oeste existente (direita) e a possível configuração original (esquerda). Fonte: acervo do autor, 2017.



FIGURA 14

Casa da Candinha. Planta da situação existente (esquerda) e a possível configuração original (direita). Fonte: acervo do autor, 2016.



Certamente, prospecções arqueológicas futuras (e necessárias) elucidarão a existência da tacaniça e/ou alpendre na Casa da Candinha.

Em relação à fundação, acreditamos, a partir de observações no porão, que as paredes de taipa de pilão nascem diretamente do solo, cerca de 0,5 m abaixo do nível atual do terreno. Descarta-se, portanto, o uso de fundação em pedra, pois o “alicerce de pedra vem criar um processo de infiltração de umidade”, identificado por Saia (1955) em certa casa demolida em Parnaíba,

“onde as paredes estavam completamente embebidas, [situação] que não acontece nas paredes com alicerce de taipa”.

O embasamento nas fachadas leste e sul foi revestido por tijolos maciços, evidenciados por afloramentos pontuais. Na fachada norte, principal, o preenchimento de tijolos está presente até a altura dos beirais das janelas. Esse envelopamento das paredes de taipa foi necessário, e certamente realizado na primeira metade do século passado, em função do desgaste ocorrido pela ação da chuva.

### 3 O ORATÓRIO

O oratório merece uma análise particular. Policromático, com 2,9 m de altura e 1,7 m de largura, evidencia imagens sacras, com ornamentos dourados (Figura 15).

FIGURA 15

Oratório com imagens sacras e os ornamentos dourados. Fonte: acervo do autor, 2016.



Assim descrevem o oratório os expedicionários da prefeitura em 1941:

Em uma sala, à direita de que entra, vê-se um armário ajustado à parede e de grandes dimensões. É o altar. Caracteriza bem uma casa de fazenda antiga, onde a moradia do “sinhô” possui também o privilégio de arrebanhar as almas e reuni-las nos dias santos e de guarda (GUARULHOS, 1941).

Os oratórios foram bastante comuns em terras brasileiras por um longo período. A prática religiosa dentro das residências é parte integrante da cultura dos países ibéricos e suas colônias.

O exercício da prática religiosa intramuros também propiciou agenciamentos, que podemos chamar de nacionais, porque raros em Portugal [...] Em Portugal, qualquer santo na parede ou em pequeno oratório já satisfaz a fé cristã. Lá seria, digamos, um luxo o santo sacrifício da missa a domicílio, o que foi normalíssimo aqui nos engenhos e nas fazendas (LEMOS, 1993, p. 98-99).

Cada casa quer ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelham ante o padroeiro protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e plebeus, querem estar em intimidade com as sagradas criaturas e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo (HOLANDA, 1936).

De fato, os oratórios ganharam uma dimensão diferenciada, sendo parte integrante da cultura colonial:

De origem medieval, esses objetos de fé ganham formas amoldadas às necessidades dos. Muitas vezes produzidos pelas mãos incultas dos nativos ganham formas e tipos inusitados, movimentando as forças da vida nova numa sociedade em formação. Ora utilizados na sua dimensão de pequenos armários de guarda dos santos patronos de cada fiel, portanto individualizados, ora instalados em locais apropriados ao fluxo de um número maior de pessoas – as

ermidas – ou ocupando o espaço essencialmente privado e doméstico, o oratório se torna parceiro e cúmplice dessa ciranda encantada do passado brasileiro, (GUTIERREZ, s.d.).

#### 4 PATOLOGIAS – MAPA DE DANOS

O mapa de danos é um instrumento fundante para um projeto de restauro. Por meio dele, busca-se quantificar e qualificar os danos provocados pelos mais diferentes agentes degradadores dos elementos componentes de um monumento histórico. Em última instância, o mapa de danos dá pistas sobre o nível de intervenção que se pode alcançar para a consolidação de um monumento histórico, sendo seus resultados imprescindíveis para a contratação da obra de restauro, sobretudo em patrimônios edificados sob a responsabilidade do poder público. Pode-se afirmar que o arquiteto francês Viollet-le-Duc, não obstante as críticas em relação às suas intervenções, foi o pioneiro no registro e análise detalhada dos elementos constituintes das edificações medievais e sua lógica estrutural, das causas e consequências das degradações, no contexto do século XIX.

É, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por um levantamento gráfico (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

Ao longo do século XX, consolidaram-se os princípios e diretrizes de intervenções em monumentos históricos, evidenciados pelas Cartas Patrimoniais. A Carta de Atenas, de 1931, em particular, já recomendava o diagnóstico de danos:

[...] os técnicos unanimemente aconselham, antes de toda consolidação ou restauração parcial, análise escrupulosa das moléstias que os afetam, reconhecendo, de fato, que cada caso contribui um caso especial (OIM, 1931, p. 3).

De modo geral, na Casa da Candinha, a maior degradação se refere ao ataque de insetos xilófagos, com mais intensidade na estrutura do telhado, especialmente no frechal, e nos esteios, provocando uma desestabilização

estrutural evidenciada nas trincas e rachaduras no encontro das paredes, e nas ondulações no assoalho. O ataque desses insetos está presente também nos barrotes, tendo sido necessária a implantação, nos últimos anos, de uma série de pilares de madeira e de tijolos maciços no porão. As vergas e ombreiras também não saíram imunes a esse processo, presente em algumas esquadrias. Nos assoalhos, entretanto, não há presença dessa patologia.

Foram identificadas, no projeto de restauro, sete diferentes patologias e duas intervenções de conservação realizadas no século XX:

- patologias: lacuna de elementos constitutivos; madeira comprometida pelo ataque de insetos xilófagos; pau-a-pique aparente; taipa de pilão aparente; esfoliação ou descasque total da pintura; rachaduras e trincas; madeira comprometida por umidade;
- intervenções de conservação: encamisamento com tijolo maciço; revestimento com argamassa cimentícia.

Para estabelecer as patologias que deveriam ser mapeadas primeiramente, em relação à pintura foi identificado o descasque generalizado, evidenciando, a princípio, até sete camadas. Diante disso, foi estabelecido que o mapeamento fosse realizado somente nos locais em que o descasque fosse integral, aflorando o revestimento original, a superfície caiada. A Figura 16 evidencia um exemplo de parede de taipa de pilão mapeada na casa com a maior diversidade de patologias.

## 6 DIRETRIZES PARA A RESTAURAÇÃO

No Brasil, e em diversos países, as diretrizes para as intervenções em bens tombados carecem de normativas legais, em âmbito federal. De modo geral, os procedimentos são embasados nos princípios presentes nas chamadas Cartas Patrimoniais. Nas intervenções em bens edificados, baseadas na Teoria do Restauro, algumas diretrizes e princípios devem ser observados. Por exemplo, em casos em que há falta de elementos arquitetônicos, descaracterizando sua unidade, deve-se restabelecê-los com materiais distintos dos originais, conforme o art. 12 da Carta de Veneza:

Art. 12. Os elementos destinados a substituírem as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, no entanto, distinguindo-se das partes originais, para que o

FIGURA 16

Vista da parede norte do ambiente de recepção social.  
Fonte: acervo do autor.



restauro não falsifique o monumento, e para que permaneçam respeitadas, quer a exigência estética, quer a histórica (UNESCO, 1964).

Necessário ressaltar que a reconstrução plena, com materiais que não sejam os originais, embora sejam idênticos, não é restauração. Ou seja, reconstrução, nessa situação, não é restauração, pois perde seus atributos histórico e artístico, conforme o art. 15 da Carta de Veneza:

Art. 15. [...] Deve ser excluída, *a priori*, qualquer trabalho de reconstrução, sendo apenas considerada aceitável a *anastilose*, ou seja, a recomposição das partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração devem ser sempre reconhecíveis e limitados ao mínimo que seja necessário, para se garantir a conservação do monumento e para se restabelecer a continuidade das suas formas. (UNESCO, 1964).

Os princípios da Carta de Veneza, de 1964, foram ampliados pela Carta do Restauro, de 1972, que subsidiou a legislação italiana e teve como seu principal idealizador Cesare Brandi:

Art. 4º [...] entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes (ITÁLIA, 1972).

A Carta do Restauo, de 1972, em seu anexo “b”, apresenta uma série de diretrizes para restauros arquitetônicos, constituindo-se em importante balizador para projetos de restauro juntamente com a Carta de Atenas, 1964, e demais normativas do Iphan.

As discussões entre a segunda metade do século XIX e ao longo do XX, presentes nas concepções e diretrizes das Cartas Patrimoniais, podem ser sintetizadas nas palavras de Cesare Brandi:

[...] a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço de passagem da obra de arte no tempo (BRANDI, 2004, p. 33).

Na busca de uma restauração que devolva a unidade potencial da obra não se deve, com isso, eliminar a veracidade do monumento, seja mediante uma falsificação artística ou uma falsificação histórica. E, ainda:

[...] a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir [...] que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras (BRANDI, 2004, p. 47-48).

A restauração deve ser evitada ao máximo. Para tanto, é necessário que haja um processo de manutenção permanente. Uma das principais maneiras de garantir a preservação do bem tombado é lhe dar uso compatível com sua importância histórica e que não promova a aceleração de sua degradação física. Na restauração é necessário o registro descritivo/analítico e fotográfico antes, durante e depois.

Particularmente, as diretrizes para as futuras intervenções na Casa da Candinha foram definidas considerando, com visão crítica, as experiências

acumuladas pelo Iphan – com destaque para Luís Saia e, em especial, as obras de restauro da Casa do Butantã (1954) e da Casa do Caxingui (1967), ambas de taipa de pilão, consolidando diretrizes que foram experimentadas em diversas restaurações a partir da década de 1930. Nesse sentido, a restauração da Casa da Candinha deverá seguir a sistemática:

- arqueologia: prospecção em um raio de 100 m a partir da casa para identificar remanescentes de edificações que serviam de apoio à fazenda ou de extensão da própria casa, como o alpendre;
- cadastro e desmonte do madeiramento do telhado: destinados a sua recuperação e para aliviar a carga nas paredes, esteios, barrotes e pilares;
- avaliação e estabilização estrutural: a princípio, propõe-se a criação de um sistema estrutural independente no porão, constituído de aço e concreto, destinado a receber a carga dos barrotes, aliviando as paredes de taipa;
- prospecção das tintas em todas as paredes, internas e externas: destinada a identificar possíveis pinturas murais e subsidiar a decisão quanto à intervenção que será realizada – pintura, inserção de argamassas, deixar testemunhos pontuais;
- avaliação e substituição dos esteios: após a estratigrafia nas paredes será possível a prospecção nos trechos em que se encontrem os esteios. Propõe-se a inserção de pilares de concreto armado no lugar dos esteios das paredes periféricas, amarrados com uma cinta, também de concreto armado, destinada, além de elemento de estabilização estrutural, a substituir o frechal e impedir a infiltração de água nas paredes por possíveis infiltrações;
- consolidação da taipa: tratando-se de material e técnica para os quais não é recomendado o seu refazimento, propõe-se consolidar o encamisamento com tijolos (intervenção já realizada em parte) e a criação de vitrines para a observação da taipa, garantindo sua respiração;
- esquadrias: desmonte, tratamento de carpintaria e remontagem das esquadrias;
- assoalho: tratamento e consolidação; substituição das lacunas com lâminas de vidro, destinadas à observação do porão;

- remontagem do telhado e entelhamento: substituição das partes comprometidas por madeiras secas, retiradas manualmente todas as marcas mecânicas e gravada a data de instalação no dorso dos novos elementos; troca completa da trama (madeiras roliças); teste de permeabilidade nas telhas originais, de acordo com a NBR 15310:2005, que se encontram empilhadas junto à fachada oeste; aquisição de telhas capa-calha de produção artesanal para substituir as telhas inutilizáveis e entelhamento; guarda das telhas remanescentes como testemunhos; será deixada a telha-vã;
- finalização da obra: retirada das estruturas provisórias de estabilização estrutural e da cobertura metálica existentes.

## 7 PERSPECTIVAS DE RESTAURAÇÃO

Pode-se dizer que o processo de restauração iniciou-se a partir da disseminação do reconhecimento social do imóvel. Até o ano de 2001, a existência da casa era pouco conhecida pelos munícipes de Guarulhos. A partir desse ano, a gestão municipal passou a demonstrar interesse em sua preservação. Entre 2001 e 2008, houve uma intensa discussão entre os técnicos da prefeitura e a sociedade civil organizada, com destaque aos grupos ligados à cultura afro-brasileira. Como resultado, em 2008, uma área superior a 100 ha foi desapropriada, incluindo a própria casa, que ficou desocupada e sem uso, sofrendo um rápido processo de deterioração.

Em 2015 foi firmado o Termo de Cooperação Técnica entre o Escritório-modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Guarulhos e a Secretaria de Cultura, marcado por muitas rupturas decorrentes da instabilidade na participação dos alunos, mas, principalmente, da rotina burocrática e, por vezes, de questões políticas que envolveram o projeto. A própria gestão dos espaços da casa e seu entorno estabeleceu alguns desafios. A gestão da área de 100 ha, caracterizada por remanescentes de Mata Atlântica com forte atributo ambiental, era da Secretaria de Meio Ambiente, e a gestão da casa propriamente dita era da Secretaria de Cultura. Essa situação criou dificuldades para o desenvolvimento do projeto, pois não possibilitava condições para uma visão de conjunto da casa e sua ambientação. A destinação do imóvel, aspecto importante para o projeto, ficou condicionada às disputas entre as duas secretarias, indefinida até o final de

2016. Assim, o projeto, a princípio, foi elaborado em nível de consolidação. Na gestão municipal seguinte, que começou em 2017, iniciou-se, novamente, um processo de “convencimento” da importância desse documento histórico e da sua necessária e urgente restauração.

Diante das demandas sociais não atendidas pelo poder público, e da atual baixa mobilização social, mesmo em áreas extremamente carentes e urgentes; e, sobretudo, do atual quadro decadente da economia observado em Guarulhos, assim como no país de modo geral, o último remanescente da Fazenda Bananal permanece no aguardo das decisões políticas, com poucas perspectivas de efetivação do seu restauro.

## REFERÊNCIAS

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Inventário de Amador Bueno da Veiga*. Coo729. 1720.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico. *Portaria nº 420/2010*. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_420\\_de\\_22\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CAMPOS, Daniel Carlos de; OLIVEIRA, Elton Soares de; FERREIRA, José Abílio. *Revelando a história do São João e região: nossa cidade, nossos bairros!* São Paulo: Noovha America, 2011.

CAMPOS, Eudes. Parecer sobre a casa-sede do sítio da Candinha, em Guarulhos. In: Prefeitura de Guarulhos. *Grupo de Trabalho – Decreto 25.491/2008 – Criação da Unidade de Conservação Parque Natural da Cultura Negra Sítio da Candinha e Geoparque Ciclo do Ouro*, 2008.

COSTA, Lucio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima. Documentação necessária, 1937. In: *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

GUARULHOS. Prefeitura Municipal. *1ª Excursão do Diretório Municipal de Geografia*. Guarulhos, 1941.

\_\_\_\_\_. *Grupo de Trabalho – Decreto Municipal 25.491/2008, para a Criação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Cultura Negra Sítio da Candinha e Geoparque Ciclo do Ouro, Guarulhos*. Guarulhos, 2008.

GUTIERREZ, Angela. *Depoimento da Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez*. Disponível em: <<http://museudooratorio.org.br/conheca/apresentacao/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1936.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública da Itália. *Carta do Restauo*. Circular nº 117, 1972.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. A casa bandeirista nos inventários do segundo século. *Revista Acrópole*, São Paulo, ano 19, n. 228, 1957.

\_\_\_\_\_. *Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX*. *Anais do Museu Paulista*, nova série n. 1, 1993.

MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

NORONHA, Afonso de Vasconcelos. *Guarulhos*: cidade símbolo. Guarulhos: Prefeitura Municipal de Guarulhos, 1960.

OIM – Office International des Musées. *Carta de Atenas*, 1931.

PINHO, Celso Luiz. *Candinha, a senhora do Bananal*. São Paulo: Kaesse, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil: 1500/1720*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RODRIGUES, José Wash. Casas de moradia no Brasil antigo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*, n. 9, 1943.

SAIA, Luís. Notas sobre a evolução da morada paulista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*, n. 203, 1955.

SMITH, Robert Chester. Arquitetura civil do período colonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*, n. 17, 1969.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauo de Monumentos e Sítios – SPHAN – Carta de Veneza*, 1964.

VIOLETT-le-DUC, E. E. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.